

DEFININDO O FASCISMO: COMPARANDO ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES

Gustavo Feital Monteiro*

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo analisar duas obras sobre a história do fascismo, as quais são: *A anatomia do fascismo*, de Robert Paxton, e *Fascistas*, de Michael Mann. Através da comparação das interpretações defendidas pelos autores, fez-se importante identificar quais os pontos semelhantes e em quais momentos as obras se diferem. Ao apontar seis aspectos específicos, buscou-se aprofundar nas perspectivas de cada livro, observando as metodologias de pesquisa e as formas pelas quais sustentam suas argumentações. A análise crítica dos textos em questão permitiu a percepção de questões complexas voltadas à compreensão do fascismo, além das diferenças entre perspectivas analíticas de um tema complexo.

Palavras chave: fascismo, nazismo, historiografia.

DEFINING FASCISM: COMPARING ANALYZES AND INTERPRETATIONS.

Abstract: The present work had the objective of analyzing two works on the history of fascism, such as: *The Anatomy of Fascism* by Robert Paxton and *Fascists* by Michael Mann. By comparing the interpretations defended by those authors, it was important to identify the similar points and at what times the works differ. In pointing out six specific aspects, it is sought to delve into the perspectives of each book, observing the research methodologies and the ways in which they support their arguments. The critical analysis of the texts in question allowed for the perception of complex issues aimed at understanding fascism, as well as the differences between analytical perspectives of a complex theme.

Key words: fascism, nazism, historiography.

* Mestre em História pela Universidade de Brasília. Contato gustaav.f@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em um campo caracterizado por diversos estudos, as obras de Robert Paxton e Michael Mann possuem destaque por apresentarem análises relevantes e definirem parâmetros conceituais sobre o fascismo, tanto em suas ocorrências particulares quanto como um fenômeno geral. Ambos buscam explicar as origens do movimento fascista a partir de elementos ideológicos, sociais, econômicos e políticos que influenciaram seu surgimento e possibilitaram sua ascensão ao poder; e ainda, procuram construir uma explicação abrangente que envolva os casos observados na Itália, na Alemanha e em outros países via comparação entre os contextos selecionados.

Apesar de observarem o mesmo tema, algumas diferenças podem ser apontadas nas questões postas, bem como nas abordagens de cada autor, tornando suas interpretações únicas e, em determinados casos, divergentes entre si. Tais particularidades são derivadas, em parte, dos modos de pesquisa, sendo que Mann faz uso de métodos da Sociologia Política enquanto Paxton desenvolve um estudo histórico do fascismo; ou seja, tem-se a apresentação de análises em diferentes fundamentações teóricas e empíricas. Paralelamente, outros aspectos são provenientes das formas pelas quais ambos apresentaram as suas questões e buscaram respondê-las. Assim, ainda que eles partam de objetivos gerais semelhantes, a perspectiva utilizada por cada estudo contribui para a formação de interpretações específicas, que desenvolvem as análises conforme as observações estabelecidas.

Mann (2008), na obra *Fascistas*, utiliza de uma análise sociológica para identificar os apoiadores do fascismo durante as disputas pelo poder, buscando detalhar quais grupos sociais contribuíram para que os partidos fascistas tivessem êxito em seus respectivos países.¹⁶⁹ Ao evitar uma interpretação voltada para a teoria de classes, o autor demonstra como os fascismos eram “movimentos de massa”, sendo formados por diversos grupos heterogêneos e setores sociais distintos que o diferenciava dos demais partidos políticos anteriormente

¹⁶⁹ Mann (2008) numera quatro diferentes crises presentes em todos os contextos que demonstraram a formação de um movimento fascista, as quais contribuíram para que diferentes grupos sociais fossem atraídos pelo fascismo e nele identificassem a solução para seus problemas individuais. As consequências da Grande Guerra, os conflitos de classe gerados pela Grande Depressão, a instabilidade política e um sentimento de decadência foram as crises identificadas em contextos cujo fascismo se demonstrou mais forte. O autor reconhece que cada fator, de modo isolado, exerceu interferência limitada para o crescimento do fascismo, assim como as causas poderiam variar conforme os contextos locais, mas ressalta que o amplo apoio popular ao movimento fascista foi reflexo do impacto que as crises, em conjunto, geraram na sociedade (MANN, 2008, 40).

estabelecidos.¹⁷⁰ Em suas argumentações, ele fornece dados estatísticos da composição partidária fascista antes da chegada ao poder, a fim de demonstrar a ausência de predominância de classe – fato derivado de uma correlação do fascismo com interesses mais amplos de suas respectivas sociedades.¹⁷¹

Por sua vez, a obra de Paxton (2007), intitulada *A Anatomia do Fascismo*, explora a característica mutável e indefinida do fascismo, uma vez que tanto o discurso quanto a política foram alterados diversas vezes desde a sua formação até o fim dos seus governos. Ao estabelecer os “cinco estágios do fascismo”,¹⁷² o autor demonstra como não se pode elaborar uma definição estática do movimento devido às contradições e inconsistências encontradas entre os fundamentos ideológicos e as práticas efetivamente realizadas. Por meio de uma perspectiva histórica, Paxton busca ressaltar como as atitudes dos governos eram moldadas pelas necessidades imediatas e direcionadas por orientações alteradas constantemente.

Os pontos mencionados demonstram as características gerais dos estudos e das metodologias utilizadas por cada pesquisador. No entanto, algumas dificuldades são encontradas pelos autores ao tentar inserir diferentes contextos históricos em uma mesma interpretação. Ambos reconhecem que os fascismos se originaram em países de estruturas políticas, sociais e econômicas particulares, dificultando a construção de qualquer generalização capaz de abranger tais divergências. Juntamente com tal aspecto, é possível apontar que os governos foram desenvolvidos de modos diferentes e que, principalmente, quando se compara Alemanha e Itália, têm-se divergências ideológicas essenciais entre os partidos que refletiram como Hitler e Mussolini exerciam o seu poder.

Nas linhas que se seguem, as obras de Paxton e Mann serão observadas via comparação de alguns dos seus argumentos e interpretações em dois aspectos: os pontos

¹⁷⁰ Segundo o autor: “Ao se concentrar na “base social” e nas “funções objetivas”, contudo, a maioria dos teóricos de classe ignora as crenças dos próprios fascistas. Enxergam o fascismo “de fora”, de uma perspectiva que não fazia muito sentido para os fascistas, que rechaçavam as teorias de classe, assim como toda forma de “materialismo”.” (MANN, 2008, 38).

¹⁷¹ Mann apresenta tabelas demonstrativas de profissão, classe social e demais dados sobre os integrantes dos movimentos fascistas (MANN, 2008, 496), que formam o fundamento empírico sobre o qual embasa a argumentação da heterogeneidade da composição do fascismo: “Tenho enfatizado aqui que os fascistas eram diferentes. Fosse por sua organização ou por seus valores, não podiam ser simplesmente um veículo de interesse de classe. Em termos organizacionais, eram diferentes dos outros autoritários, pois eram um movimento “de baixo para cima”, e não de cima para baixo” (MANN, 2008, 473).

¹⁷² Os cinco estágios do fascismo foram apresentados, inicialmente, em um artigo intitulado *The Five Stages of Fascism* (PAXTON, 1998). A obra *A Anatomia do Fascismo* buscou expandir e aprofundar a análise apresentada no artigo, partindo das mesmas questões para desenvolver uma pesquisa mais detalhada do tema.

semelhantes e aqueles nos quais eles se diferem. Neste sentido, fez-se uma análise crítica sobre cada autor, ao mesmo tempo em que se possibilitou uma compreensão mais complexa do fascismo e de sua bibliografia acadêmica. Não se buscou aqui esgotar os argumentos dos livros ou aprofundar as fundamentações teórica e empírica utilizadas – o que tornaria o presente estudo mais amplo e complexo do que se pretende. O objetivo principal foi promover uma leitura cuidadosa que permitisse a compreensão de cada interpretação sobre o fascismo, bem como o esclarecimento da temática via análise comparativa de perspectivas diferentes.

Os pontos principais nos quais a *A Anatomia do Fascismo* e *Fascistas* se assemelham podem ser assim identificados: 1) Tem-se grande dificuldade de comparação dos governos fascistas; 2) Os fascismos foram movimentos de “massas”; e, 3) Os fascistas precisaram negociar com as elites para chegar ao poder. Já os argumentos divergentes são interligados entre si, sendo também mais complexos de serem detalhados: 1) A definição de fascismo; 2) Quais governos podem ser classificados como fascistas; e, 3) Quais foram os fundamentos ideológicos do fascismo. Os seis pontos serão observados mediante uma comparação das interpretações apresentadas pelos autores, buscando demonstrar os aspectos sobre os quais se fundamentam as semelhanças e diferenças interpretativas.

Por mais que outras obras contribuam para melhor compreensão da bibliografia pertinente ao fascismo e do fascismo em si, o presente trabalho buscou manter-se restrito aos dois autores selecionados. Numerosos estudos sobre o fascismo e suas características apresentam interpretações relevantes para o debate acadêmico, formando uma extensa lista de obras com diversas variações interpretativas e perspectivas de análise.¹⁷³ Paxton e Mann são dois estudiosos que se destacam desses pesquisadores, cada um com uma abordagem própria sobre o mesmo tema, fazendo com que a comparação permita observar a construção de suas análises, além da metodologia de cada um na busca por respostas às perguntas semelhantes.

SEMELHANÇAS

O primeiro ponto onde as obras de Paxton (2007) e Mann (2008) se aproximam é quando reconhecem a pequena quantidade de governos fascistas na história. Enquanto que

¹⁷³ Traverso contribui nesse sentido ao explorar as análises de três acadêmicos: Mosse, Sternhell e Gentile. Em seu trabalho, este autor analisa as particularidades das interpretações de cada um, focalizando em determinados temas dentro do estudo do fascismo. A cultura fascista, a sua ideologia e o seu caráter revolucionário são os elementos destacados na comparação dos três pesquisadores, os quais abordam os governos da Alemanha nazista, da Itália fascista e da França na Terceira República (TRAVERSO, 2015).

democracias e autoritarismos são identificados com maior frequência, foram poucos os fascismos formados inicialmente, sendo que o exercício do poder foi restrito a determinados casos específicos. Alguns movimentos políticos podem ser inseridos ou removidos de tal classificação, conforme as definições de fascismo utilizadas, mas ainda assim não se encontra com frequência essa prática de governo sendo estabelecida em vários países ou por um extenso período. Até mesmo os casos exemplares de Alemanha e Itália não foram duradouros, com ambos terminando na Segunda Guerra Mundial, sem continuidade política imediata.

Devido à característica em questão, a comparação entre governos fascistas fica prejudicada para uma análise empírica. Tal aspecto também afeta a definição do fascismo enquanto conceito político, pois os governos que podem ser caracterizados de fascistas apresentam diferenças ideológicas e práticas difíceis de serem incorporadas em uma mesma caracterização. Assim como Paxton e Mann, alguns pesquisadores defendem o estabelecimento de uma base comum sobre a qual o fascismo pode ser compreendido em termos gerais e abrangentes, ao invés de ser estudado em casos individuais sem elementos conectivos. A definição do conceito de fascismo também é debatida por outros autores, que identificam e ressaltam características comuns, ao mesmo tempo em que alguns defendem a inviabilidade de uma definição geral imposta sobre casos específicos particulares.¹⁷⁴

Através do estabelecimento das cinco fases do fascismo, Paxton busca distinguir entre os movimentos que falharam daqueles que tiveram sucesso. O primeiro estágio, denominado “a criação dos movimentos fascistas”, abrange todos os partidos e iniciativas que tiveram semelhanças com o fascismo, seja em sua organização ou ideologia. No entanto, o autor reconhece que focalizar excessivamente nestes grupos seria pouco produtivo, uma vez que quase nenhum deles se desenvolveu a ponto de interferir na política de seus países:

Se nos concentrarmos nos primeiros tempos, estaremos seguindo várias trilhas falsas, que colocam intelectuais no centro de uma empreitada cujas principais decisões foram

¹⁷⁴ O “mínimo fascista” pode ser encontrado em diversos trabalhos, sendo quase todos derivados da interpretação de Nolte (1966) formada nos anos 1960. Eatwell analisa algumas destas abordagens, defendendo que, mesmo com as diferenças nos governos fascistas, ainda é possível formar uma base conceitual que sirva de suporte interpretativo: “É importante ressaltar que qualquer definição de fascismo é essencialmente heurística e ideal. Ela nunca se ajustará completamente ao mundo real, pelo menos não como movimentos e regimes fascistas (qualquer que seja a sua definição) são compostos de diferentes grupos e mudam ao longo do tempo. [...] O fato é que um bom conceito deve apontar para as vias mais férteis da teoria” (Tradução livre). Traduzido do original: “*It is important to stress that any definition of fascism is essentially heuristic, and ideal type. It will never completely conform to the real world, not at least as fascist movements and regimes (however defined) are made up of different groups and change through time. [...] This is the fact that a good concept should point towards the most fertile avenues of theory.*” (EATWELL, 1996, 315).

tomadas por homens de ação sequiosos por poder. [...] Por fim, as comparações não nos levam muito longe com relação aos primeiros estágios, uma vez que todos os países onde havia política de massas possuíram, em algum momento posterior a 1918, ensaios de movimento fascista (PAXTON, 2007, 98).

Enquanto que a primeira fase apresenta a diversidade de movimentos existentes que foram formados em diferentes contextos, as fases subsequentes do enraizamento na política, da tomada do poder, do exercício do poder e da radicalização ou entropia têm por base a história do fascismo nos dois únicos países que realizaram este tipo de governo.¹⁷⁵ A quinta fase seria correspondente às formas pelas quais os governos de Itália e Alemanha chegaram ao fim, sendo que o fascismo italiano atingiu uma entropia, enquanto que o nazismo se radicalizou com a Segunda Guerra Mundial (PAXTON, 2007, 249). Mesmo que Paxton (2007, 98) reconheça o surgimento de outros movimentos na primeira fase, sua análise não chega a abordá-los devido à pequena relevância em seus próprios países, sendo eles “movimentos que nunca se desenvolveram muito além da fundação de um jornal, da realização de algumas manifestações, de discursos nas esquinas das cidades”.¹⁷⁶

Já Mann (2008) não realiza tal distinção temporal, buscando focalizar seus estudos somente no período anterior à chegada ao poder dos fascismos. Ao tratar das ideologias dos movimentos juntamente com os grupos sociais que os apoiaram, o autor tenta responder à questão da dificuldade de comparação de uma forma diferenciada. A elaboração de uma definição contribui como ferramenta heurística, sendo possível identificar elementos que sejam comuns no surgimento de fascismos em diferentes países.¹⁷⁷ Segundo ele, tais elementos seriam encontrados na estrutura social e nos fatores que influenciaram diferentes classes a apoiarem o fascismo: “Todos esses casos eram diferentes. Para entendê-los, é necessário proceder a análises sintonizadas com as histórias e as estruturas sociais locais. Todavia, identifico em meio a essa variedade forças comuns que foram determinantes no poder dos fascistas” (MANN, 2008, 481).

A quantidade de governos fascistas estudados torna-se central para o desenvolvimento dos argumentos de cada autor, uma vez que a definição do conceito de fascismo é derivada dos

¹⁷⁵ Paxton (2007, 49) explica os motivos que o levaram a criar tal divisão ao afirmar: “Separar os cinco estágios oferece uma série de vantagens, permitindo uma comparação plausível entre movimentos e regimes de graus de desenvolvimento equivalentes e ajudando-nos a ver que o fascismo, longe de ser estático, era uma sucessão de processos e escolhas: a busca por seguidores, a formação de alianças, a disputa pelo poder e seu exercício. É por essa razão que as ferramentas conceituais que iluminam um estágio podem não funcionar tão bem para os demais”.

¹⁷⁶ No artigo que antecedeu o livro, Paxton (1998, 3) também reconhece que a influência do fascismo sobre outros governos autoritários interfere na definição e separação entre eles.

¹⁷⁷ Mann (2008, 25) se aproxima da interpretação realizada por Eatwell (1996), ao reconhecer que: “A definição de Eatwell é a que mais se aproxima da minha”.

casos empiricamente abordados. E mesmo que ambos reconheçam a sua pouca frequência na história, Mann (2008) busca identificar características sociais em comum, enquanto que Paxton (2007) procura focalizar em ocorrências e períodos específicos para extrair os aspectos de cada contexto e, se possível, construir definições mais amplas.

A segunda semelhança é identificada na descrição do fascismo como um movimento de “massas”. Para compreender melhor o termo em questão e seu uso, faz-se importante destacar que o contexto histórico onde os fascismos surgiram foi de mudança na estrutura política, ocorrida durante os séculos XIX e XX, com momentos específicos de manifestações pontuais. Apesar de não estar desenvolvido nas obras, “massas” se refere ao maior envolvimento da população civil na política contemporânea e denomina as grandes quantidades de indivíduos que passaram a participar ativamente em assuntos do governo. Neste sentido, as elites que mantinham o controle dos Estados, sejam elas aristocráticas ou burguesas, perdiam seu espaço de hegemonia para grupos sociais cada vez maiores e influentes.¹⁷⁸ O conceito de “massas” se distingue das organizações políticas tradicionais pela sua abrangência e caráter indefinido, como é observado por Arendt:

As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (ARENDDT, 2012, 438).¹⁷⁹

Juntamente com essa alteração, houve também um aumento da presença da imprensa na sociedade. A industrialização, o desenvolvimento de novas tecnologias de transmissão de informações e o aumento do nível educacional social, entre outros fatores, contribuíram para que o conhecimento passasse a circular com maior velocidade e através de uma extensão maior de território, sendo mais acessível para classes mais baixas. Diversos grupos e partidos fizeram

¹⁷⁸ As revoluções de 1820, 1830 e 1848 exemplificam tal tendência, como observa Hobsbawm: “Do ponto de vista dos governos absolutistas, todos estes movimentos eram igualmente subvertedores da estabilidade e da boa ordem, embora alguns parecessem mais conscientemente devotados à propaganda do caos do que outros, e alguns mais perigosos do que outros, porque tinham maiores possibilidades de inflamar as massas ignorantes e empobrecidas” (HOBSBAWM, 2013, 185).

¹⁷⁹ Assim, as massas não são caracterizadas pela irracionalidade ou barbaridade, e sim pela falta de organização ou homogeneidade político-partidária.

uso das novas ferramentas da modernidade para divulgação ideológica, formando o que seria característico da propaganda política contemporânea.¹⁸⁰

Diferente das ideologias predominantes na época, o fascismo não buscava se restringir a grupos sociais específicos. Enquanto que o liberalismo era voltado às classes conservadoras e o socialismo era formado quase que predominantemente por trabalhadores, o fascismo apresentava propostas pouco detalhadas que logravam satisfazer diferentes classes simultaneamente. Tal característica é denominada, por Mann (2008, 28), de “transcendência”, que descreve a rejeição dos modelos políticos tradicionais realizada na procura de transcender os conflitos de classes e atingir o bem nacional.

Para Mann, a “transcendência” se opõe à interpretação da “teoria de classe” encontrada em diferentes obras sobre o fascismo. Tal interpretação sustenta que classes específicas, como a média e a burguesia, tinham maior interesse no fascismo e formavam uma base de apoio uniforme. O autor faz uso de dados para demonstrar a abrangência do apoio social ao fascismo (MANN, 2008, 32), apontando que, em todos os países onde esta forma de governo foi realizada, havia uma ampla e diversificada base de aprovação e adesão popular, sendo infactível qualquer atribuição de homogeneidade de classe.

Como têm observado os teóricos de classe, o fascismo não teria ganhado um impulso sem um impulso anterior no conflito de classes, e não teria tomado um impulso tão forte sem a Revolução Bolchevique. Mas nem por isto se segue – como têm sustentado os mesmos teóricos – que os fascistas representavam apenas um dos lados desse conflito de classes ou mesmo nenhuma das classes. Suas clientelas nucleares refletem o apelo exercido pela meta de transcendência dessa luta (MANN, 2008, 475).

Paxton (2007) também trata da procura do fascismo de buscar o apoio nas “massas”, mas defende que aquele apoio não era somente para fins eleitorais, sendo essencial para o engajamento político durante os governos fascistas. Uma vez que tais partidos se dedicavam a construir uma sociedade ideologicamente envolvida, o autor aponta que o apoio político da população foi essencial para a chegada e manutenção do poder: “Diferentemente dos

¹⁸⁰ Welch (2013) observa como a propaganda teve seu espaço ampliado na sociedade, ao mesmo tempo em que os meios de informação aumentavam a sua capacidade de abrangência. Principalmente durante a Grande Guerra, os governos fizeram uso de jornais, panfletos, cartazes e outros instrumentos para construir um apoio popular favorável ao conflito, como afirma em: “Foi, no entanto, entre 1914 e 1918, que a arma global da guerra moderna serviu para transformar a compreensão popular do seu significado em algo sinistro. A essa altura, mídias como jornais diários e revistas semanais, e a novidade do cinema, criaram algo novo: um público de massa.” (Tradução livre). Traduzido do original: “*It was, however, between 1914 and 1918 that the wholesale weapon of modern warfare served to transform the popular understanding of its meaning into something sinister. By now, media such as daily newspaper and weekly magazines, and the novelty of film, had created something new: a mass audience*” (WELCH, 2013, 15).

conservadores e dos liberais mais cautos, os fascistas nunca pretenderam deixar as massas fora da política. Queriam atraí-las, discipliná-las e energizá-las” (PAXTON, 2007, 81).

No relacionamento do movimento com a população, Paxton (2007) enfatiza o papel que a propaganda exerceu durante estes governos. Tanto o fascismo como o nazismo se destacam dos demais partidos de sua época por fazer uso intensivo e constante da propaganda, com a intenção de envolver a população e aproximá-la da ideologia dos governos. Após chegarem ao poder, ambos construíram extensas estruturas para a elaboração da propaganda, juntamente com a formação de amplas redes para a divulgação ideológica, como afirma em:

Os fascistas, rapidamente, tiraram partido da falta de habilidade dos centristas e conservadores para manter o controle sobre o eleitorado de massas. Enquanto os dinossauros notáveis desprezavam a política de massas, os fascistas mostravam como fazer uso dela em prol do nacionalismo e do anti-esquerdismo (PAXTON, 2007, 137).

O fascismo se beneficiou da incapacidade dos governos tradicionais de corresponder com as novas realidades sociais e de buscar apoio nos diferentes grupos que estavam se envolvendo com a política de forma crescente. Paxton (2007) e Mann (2008) enfatizam a relevância que as massas tiveram para o sucesso do fascismo, o qual não demonstrava tendências de classes ou propostas que priorizavam grupos específicos.

A negociação com as elites é o terceiro ponto onde se têm algumas semelhanças. Esta característica dos governos fascistas contradiz a percepção equivocada de que houve a tomada do poder ou a chegada aos maiores cargos dos governos via eleições populares. Pelo contrário, tanto Hitler quanto Mussolini foram convidados a ocupar as posições de primeiro-ministro na Alemanha e na Itália, respectivamente, pelos governantes efetivos, sendo eles o presidente eleito Hindenburg e o rei Vítor Emanuel III.

O acordo realizado com os fascistas servia a um duplo propósito para as elites. Devido às crises políticas e às dificuldades de formar um governo estável, era de interesse dos políticos tradicionais estabelecer uma aliança abrangendo a base fascista para garantir a governabilidade, ao mesmo tempo em que afastavam os socialistas e comunistas que ameaçavam a ordem. Tanto na Alemanha quanto na Itália, os fascistas detinham amplo apoio popular, mas não grande o suficiente para formar maioria parlamentar ou para eleger seus principais líderes. Na Alemanha, foram capazes de compor o maior partido em 1932, mas ainda precisando dividir o espaço com grupos tradicionais ou partidos socialistas. Paxton reforça que os fascistas chegaram ao poder devido aos interesses dos conservadores em negociar com estes grupos radicais:

Os fascistas podiam oferecer uma base de massas grande o suficiente para permitir que os conservadores formassem maiorias parlamentares capazes de decisões vigorosas, sem ter que recorrer aos inaceitáveis parceiros de esquerda. Os trinta e cinco deputados de Mussolini não pesavam muito na balança, mas a contribuição potencial de Hitler foi decisiva (PAXTON, 2007, 173).

Tal aliança foi atingida também pela percepção dos governantes de que Hitler e Mussolini seriam políticos ineficazes. Uma vez que nenhum dos dois líderes possuía experiência política, administrativa ou legisladora, era acreditado que eles seriam facilmente controlados, absorvidos na estrutura de governo e reprimidos em sua radicalidade. A aliança seria apenas uma conveniência necessária para um momento de crise, a ser descartada uma vez que o momento se tornasse oportuno, como afirma Evans:

Apenas dois dos principais cargos do Estado foram para os nazistas, mas ambos eram posições-chave, nas quais Hitler insistiu como condição para o acordo: o Ministério do Interior, ocupado por Wilhelm Frick, e a própria Chancelaria do Reich, ocupada por Hitler. [...] Franz von Papen tornou-se vice-chanceler e continuou a mandar na Prússia como comissário do Reich, sendo, nominalmente, o superior de Göring. Cercados por amigos de Papen, que tinham a importantíssima atenção do presidente Hindenburg, Hitler e os nazistas – vulgares, incultos, inexperientes no governo – por certo seriam fáceis de controlar (EVANS, 2016, 378).¹⁸¹

No caso italiano, Mann (2008) ressalta a existência de vários grupos de conservadores, além da monarquia, com os quais o fascismo teve que coexistir. Mesmo estando fragilizados e não sendo capazes de se organizar politicamente, tais elites ainda exerciam poder e influência consideráveis sobre a política e administração do país. Eles tinham interesses claros nos fascistas, mesmo sem concordar com o movimento e, sem o apoio deles, Mussolini não teria chegado ao cargo de primeiro-ministro:

Os fascistas não conquistaram o poder. O que fizeram foi abrir caminho violentamente para perto dele e entrar em acertos com as elites não fascistas. A tentativa de satisfazer todos esses grupos poderosos resultou na dispersão da soberania de Estado entre o sistema monárquico, a burocracia tradicional, o Grande Conselho fascista, o Ministério das Corporações, os sindicatos, o partido – e o próprio Duce (MANN, 2008, 184).

¹⁸¹ Schleunes (1990, 64) afirma que: “O idoso presidente von Hindenburg não gostava e desconfiava de seu novo chanceler. O exército o via, na melhor das hipóteses, com suspeita. Hitler recebera as rédeas de um governo paralisado pela depressão. [...] Se Hitler conseguisse reviver a Alemanha, como planejado, seus parceiros verificariam os excessos; se ele falhasse, seria desacreditado e deixado de lado” (Tradução livre). Traduzido do original: “*The aging President von Hindenburg disliked and distrusted his new chancellor. The army viewed him, at best, with suspicion. Hitler had been handed the reins of a government paralyzed by depression. [...] If Hitler succeeded in reviving Germany, the plan went, his partners would check the excesses; if he failed, he would be discredited and cast aside*”.

Os grupos conservadores e elites políticas não tinham conhecimento da capacidade de Hitler e Mussolini de se manterem em seus respectivos governos. As leis, os decretos e as manobras que transformaram os primeiros-ministros em ditadores ocorreram após a sua chegada ao poder, sendo derivados de acontecimentos novos ou imprevistos. Enquanto que Itália e Alemanha possam apresentar diferenças nos procedimentos da consolidação do poder, ambos sofreram um progressivo aumento da influência fascista sobre a política, o que eventualmente limitou a capacidade das elites de formar oposição.¹⁸² Paxton e Mann tornam evidente que, sem o apoio das elites e dos políticos tradicionais, Hitler e Mussolini não teriam chegado ao poder. Para os autores, a aliança se deu com base na busca pela estabilidade, mas sem a percepção dos efeitos que aqueles grupos radicais gerariam em seus países.

DIFERENÇAS

As diferenças nas análises de Paxton (2007) e Mann (2008) são mais complexas por se referirem a aspectos essenciais do estudo do fascismo, estando as três questões interligadas entre si. A definição do conceito se dá a partir da análise comparativa dos governos classificados como fascistas, havendo uma expressão ideológica em comum que possibilita a abrangência desse mesmo conceito. Consequentemente, as divergências analíticas de um elemento afetam as demais interpretações, uma vez que tais pontos estão relacionados à compreensão do fascismo em seus aspectos centrais.

A primeira questão envolve a observação de suas características principais. Para definir o fascismo, ambos os autores buscaram apontar quais aspectos constituíram o movimento, distinguindo-o de outras formas de autoritarismo. Neste sentido, Paxton (2007) ressalta a característica indefinida do fascismo, evitando estabelecer uma delimitação imutável e que seja universalmente aplicável ao movimento.¹⁸³ Mann (2008), por sua vez, busca identificar tais características, mesmo reconhecendo as peculiaridades, tendo em vista que a definição geral contribui com o estudo dos casos particulares.

¹⁸² Para Hitler, o processo ocorreu mais rapidamente com o incêndio do Reichstag em fevereiro de 1933, possibilitando a supressão da oposição política, e com a morte do presidente Hindenburg em 1934, que permitiu com que se tornasse ditador. Já Mussolini levou alguns anos no poder até que, em 1927, fosse estabelecida a ditadura (PAXTON, 2007, 185; 214).

¹⁸³ Segundo Paxton (2007, 36): “A procura pela definição perfeita, reduzindo o fascismo a uma sentença cada vez mais precisa, parece calar as perguntas sobre sua origem e trajetória de desenvolvimento, mais que abrir espaço para elas”.

A maior diferença entre os autores é encontrada na busca de Mann (2008) em sintetizar a definição do fascismo em termos específicos capazes de abranger as variadas formas pelas quais ele ocorreu em diferentes contextos. A principal argumentação defendida pelo autor assim se apresenta: “Resumidamente, *o fascismo é a tentativa de construção de um Estado-nação transcendente e expurgado por meio do paramilitarismo*” (MANN, 2008, 26).¹⁸⁴ O paramilitarismo se constitui no principal elemento do fascismo em sua disputa pelo poder, uma vez que corresponde com a sua interpretação de apoio heterogêneo e destaca a mobilização popular em torno do partido.¹⁸⁵ Tal definição está em concordância com as observações realizadas anteriormente pelo autor, segundo as quais o fascismo foi caracterizado principalmente pela abrangência de seu apoio social.

Tal definição também é composta pelo nacionalismo, que corresponde com a forma mais radical de xenofobia racista do nazismo; pelo estatismo, que seria referente ao poder e autoridade do Estado sobre a população civil; pela transcendência, voltada para a superação do conflito de classes; e, pelos expurgos, significando a aplicação da violência sobre a oposição (MANN, 2008, 27). Cada termo apresenta variações de acordo com o contexto observado, sendo que, no caso da transcendência, o autor salienta: “Nunca chegou efetivamente a se concretizar. Na prática, a maioria dos regimes fascistas inclinava-se para a ordem estabelecida e o capitalismo” (MANN, 2008, 29); e, no caso dos expurgos, a diferença entre a opressão realizada pelos fascistas sobre a oposição política dificilmente é comparável com o antissemitismo nazista. Até mesmo o racismo fascista italiano não gerou ações do governo tão extremas como o Holocausto:

Movimentos como o fascismo italiano e o nacionalismo espanhol identificavam a maior parte de seus inimigos em termos predominantemente políticos. Assim, o extremo nazista do espectro, de caráter mais étnico, era também mais homicida do que o italiano (MANN, 2008, 31).

A definição de Mann (2008), embora exposta em termos específicos, apresenta variações em cada caso estudado ao longo de sua obra. A ênfase do autor no paramilitarismo, na transcendência e nos demais aspectos numerados deriva de sua abordagem sociológica, que observa os fatores e as causas nos grupos sociais. Para ele, o fascismo correspondeu com os

¹⁸⁴ Citação como no original. Destaque do autor.

¹⁸⁵ De acordo com Mann (2008, 31): “O *paramilitarismo* representava ao mesmo tempo um valor fundamental e uma decisiva forma organizacional do fascismo. Era considerado “popular”, crescendo de forma espontânea de baixo para cima, mas também era elitista, supostamente representando a vanguarda da nação”. Citação como no original. Destaque do autor.

interesses de diferentes classes, promoveu a superação dos conflitos sociais e utilizou da mobilidade violenta dos seus grupos paramilitares para estabelecer a sua presença na política de seus respectivos países (MANN, 2008, 483).

A comparação com Paxton, neste sentido, esbarra em algumas dificuldades, uma vez que este não fornece definições específicas em nenhum dos cinco estágios de desenvolvimento do fascismo.¹⁸⁶ Para o autor, os movimentos fascistas demonstraram poucas características constantes durante a sua disputa pelo poder e no exercício do governo, além das diferenças ideológicas existentes entre o governo alemão e o italiano. Cada fase apresenta aspectos próprios que definem o exercício político do fascismo em determinada situação ou contexto.

A primeira fase do fascismo pouco contribui para a sua definição, uma vez que grande parte dos movimentos que surgiram não teve um envolvimento expressivo na política. Mesmo com semelhanças sendo identificadas nas manifestações ou nos discursos, muitos não conseguiram participar de disputas eleitorais e desapareceram em pouco tempo. Para aqueles que cresceram, foi necessário adotar mudanças na sua retórica para adequar às necessidades de uma eleição democrática, o que significou abandonar diversos de seus preceitos ideológicos iniciais. As críticas contra o capitalismo e a burguesia se tornaram mais seletivas e menos constantes, enquanto que a violência contra o comunismo e os partidos socialistas foi intensificada, como Paxton afirma em:

Ao alcançarem êxito em sua participação na política eleitoral e na política de grupos de pressão, os jovens movimentos fascistas viram-se obrigados a dar um foco mais preciso a suas palavras e a seus atos. [...] Tiveram que fazer opções e, abrir mão dos reinos amorfos do protesto indiscriminado para situar-se num espaço político definido, onde poderiam alcançar resultados práticos e positivos (PAXTON, 2007, 102).

As mudanças possibilitaram com que o fascismo se tornasse o partido mais relevante para as políticas alemã e italiana, ao mesmo tempo em que se distanciava de suas características originais e afastava os integrantes mais ortodoxos. No entanto, alguns aspectos permaneceram constantes, como a radicalidade nos discursos, a agitação popular e o uso da violência contra a oposição. A variedade dos procedimentos e contextos pelos quais os fascismos se

¹⁸⁶ Uma definição pode ser identificada, apesar de não expressar a interpretação de Paxton e não esclarecer as características principais do movimento: “Precisamos de um termo genérico para o que é um fenômeno geral, na verdade, a novidade política mais importante do século XX: um movimento popular contra a esquerda e contra o individualismo liberal.” (PAXTON, 2007, 46)

desenvolveram permite identificar certa semelhança na forma geral, mas não no conteúdo ou na construção política em seus contextos próprios, como Paxton defende em:

Hitler e Mussolini, ao contrário, não apenas sentiam-se destinados a governar, como não compartilhavam desses escrúpulos puristas quanto a concorrer nas eleições burguesas. Ambos lançaram-se – com uma impressionante habilidade tática, e seguindo rotas bastante diferentes, que descobriram por tentativa e erro – a se transformar em participantes indispensáveis na competição pelo poder político em seus respectivos países. (PAXTON, 2007, 104)

A segunda diferença é derivada diretamente da primeira, onde a definição do conceito estabelece as características que qualificam os movimentos políticos similares. Por meio da identificação de propriedades inerentes, os autores buscaram apontar quais governos na história podem ser classificados como fascistas e quais outros seriam variações de autoritarismo. Ambos reconhecem que ditaduras em diversos países procuraram adaptar determinados aspectos do fascismo, mas sem adotar práticas essenciais ou se identificarem proximamente com o movimento. Os países que tiveram governos definitivamente fascistas, contudo, são poucos.

Para Paxton, o fascismo é restrito à italianos e alemães nazistas devido aos seus objetivos de contínua radicalização e envolvimento popular com a ideologia do partido. Apesar desses elementos específicos, o autor reconhece que em alguns casos, como em Portugal, de Salazar, ou na Espanha, de Franco, as diferenças são mais difíceis de serem estabelecidas: “Embora seja comum que os regimes autoritários desrespeitem as liberdades civis e sejam capazes de brutalidade homicida, não compartilham da ânsia fascista de reduzir a zero a esfera privada” concluindo que: “Os autoritários preferem deixar suas populações desmobilizadas e passivas, ao passo que os fascistas querem engajar e excitar o público. Os autoritários querem um Estado forte, mas limitado” (PAXTON, 2007, 356).

Neste aspecto, Mann (2008) apresenta uma interpretação mais ampla e identifica o fascismo, além dos casos alemão e italiano, também na Espanha, Áustria, Hungria e Romênia. Segundo ele, tais países compartilharam as características principais encontradas em sua definição de “movimento paramilitar e transcendente”, mesmo que apresentassem diferenças em cada caso.¹⁸⁷ As semelhanças, portanto, são restritas aos pontos essenciais do fascismo

¹⁸⁷ Mann busca estabelecer análises amplas de “zonas de influência” fascista, apresentando as características regionais e geopolíticas que poderiam contribuir para a explicação do surgimento do fascismo em determinados países e não em outros. Devido a isso, ele costuma denominar as regiões fascistas como centro, sul e leste europeu, diferenciando-as dos países que permaneceram liberais no noroeste da Europa, especificamente Inglaterra e França (MANN, 2008, 61).

apresentados e defendidos por ele, que reconhece as variações nos contextos, momentos, apoio popular e exercício de governo:

É possível que os cinco movimentos fascistas tivessem causas diferentes. Afinal, a Itália tornou-se fascista antes de todos, a Alemanha era uma grande potência revisionista, a Áustria era um país exangue com dois diferentes movimentos fascistas, a Hungria estava exangue e a Romênia, inflada, em ambos os casos com autoritários disfarçados de fascistas. Poderiam ser casos completamente diferentes. Uma explicação dos regimes fascistas ficaria em grande medida confinada a dois casos (MANN, 2008, 129).

Na conclusão de sua obra, Mann (2008) retoma os governos fascistas estudados, resumidamente apresentando suas características principais e elementos que contribuíram para que chegassem ao poder em cada país. Neste espaço, é possível perceber as diferenças e semelhanças encontradas. No caso italiano, houve uma maior aproximação do fascismo com as classes mais altas e com os conservadores, enquanto que os casos romeno e húngaro foram compostos principalmente pelas camadas proletárias da sociedade. Na Alemanha, o paramilitarismo e o engajamento social foram dois elementos de grande influência, mas o fascismo na Áustria era controlado pelas elites favoráveis ao capitalismo, e não um movimento popular. A Espanha, sendo um país neutro na Grande Guerra e menos abalado pelas crises, possuía mais características de um autoritarismo tradicional do que de um fascismo tal qual nos outros casos (MANN, 2008, 476).¹⁸⁸ Na interpretação de Mann, estas e outras particularidades contribuem para demonstrar que, mesmo com algumas características específicas, tais movimentos ainda podem ser denominados fascismos.

Faz-se importante destacar que entre os governos fascistas indicados por Mann (2008), apenas dois chegaram ao poder sem a interferência externa. O leste europeu somente foi governado por partidos fascistas após a invasão pela Alemanha na Segunda Guerra Mundial, sendo que o nazismo não demonstrava muito interesse em grupos radicais estrangeiros para o controle das regiões anexadas. De acordo com Paxton: “Para manter na linha os povos

¹⁸⁸ Paxton (2007) trata brevemente de alguns dos movimentos fascistas citados por Mann (2008), mas os reduz a “fascismos fracassados” por não terem se estabelecido. A Hungria, por exemplo, conseguiu suprimir o movimento fascista através da ditadura do almirante Horthy, enquanto que a Romênia, apesar de ter um resultado considerável em algumas eleições, não teve grande influência política (PAXTON, 2007, 129). Em relação ao governo de Franco, na Espanha, a repressão à oposição e o envolvimento social com o partido coexistiam com a manutenção de uma estrutura política tradicional caracterizada pela corrupção. Arco-Blanco (2010) destaca que o controle da distribuição de alimentos em um período de ineficiente produção agrícola possibilitou o enriquecimento pessoal de membros do partido ao mesmo tempo em que a oposição era privada de recursos (ARCO-BLANCO, 2010, 478). Cazorla-Sanchez (1999), por sua vez, aponta que houve continuidade de práticas da política conservadora em níveis locais, onde a corrupção era corriqueira e institucionalizada (CARZOLA-SANCHEZ, 1999, 901).

conquistados, os partidos fascistas locais lhe seriam muito menos úteis que as tradicionais elites conservadoras” (PAXTON, 2007, 187).

A terceira e última diferença é encontrada quando os autores abordam os fundamentos ideológicos do fascismo. Novamente se observa a dificuldade de definição, uma vez que diversas correntes ideológicas criticavam o liberalismo ou defendiam uma determinada forma de autoritarismo na política contemporânea antes do surgimento dos movimentos fascistas. O fascismo realizou grande parte das mesmas críticas sociais que advinham de diferentes pensadores, mas não se pode determinar em que medida a produção intelectual anterior pode ser considerada fascista. Uma vez que não havia uma ideologia fascista sendo elaborada no século XIX, Paxton (2007) e Mann (2008) buscam observar quais aspectos do pensamento produzido neste século corresponde com a fundamentação do movimento.

Paxton ressalta que as críticas ao sistema político e à estrutura social contribuíram para o surgimento do fascismo de forma indireta, apontando as falhas existentes ou favoreceram para a instabilidade política. O racismo, os ataques ao liberalismo, a oposição ao socialismo e as críticas à democracia circulavam na Europa com determinado impacto social, mas sem apresentar em si uma ideologia fascista, como defende em:

Na verdade, os teóricos intelectuais e culturais que algumas vezes são citados como os criadores do fascismo explicam melhor o espaço deixado aberto para ele do que o fascismo em si. Esclarecem de forma direta as fraquezas dos rivais do fascismo – o liberalismo burguês antes em ascensão e o poderoso socialismo reformista da Europa anterior a 1914. (PAXTON, 2007, 75)

O fascismo não recebeu o embasamento teórico de uma ideologia coesa tal como os pensamentos políticos existentes. Pelo contrário, o movimento rejeitava a formação de uma base intelectual, ao mesmo tempo em que se apoiava na ação, nas emoções e em outras ideias mais abstratas.¹⁸⁹ A falta de coerência entre as ações dos fascistas e os poucos programas por eles estabelecidos é outra dificuldade identificada, uma vez que os partidos alteraram o seu discurso e as suas práticas entre as diferentes fases. Devido a isso, poucos aspectos da política

¹⁸⁹ Nas palavras de Paxton: “Os “ismos” clássicos eram fundamentados em sistemas filosóficos coerentes, formulados no trabalho de pensadores sistemáticos. É natural que, ao tentar explicá-los, parta-se do exame de seus programas e da filosofia que os embasava. O fascismo, ao contrário, era uma invenção nova, criada a partir do zero para a era da política de massas. Ele tentava apelar sobretudo às emoções, pelo uso de rituais, de cerimônias cuidadosamente encenadas e de retórica intensamente carregada. (...) O fascismo não se baseia de forma explícita num sistema filosófico complexo, e sim no sentimento popular sobre as raças superiores, a injustiça de suas condições atuais e seu direito a predominar sobre os povos inferiores. Esse regime não recebeu embasamento intelectual de um construtor de sistemas como Marx, ou de alguma grande inteligência crítica, como Mill, Burke ou Tocqueville.” (PAXTON, 2007, 38)

fascista demonstraram continuidade a ponto de formar uma estrutura ideológica que fundamentasse suas ações de modo homogêneo e comparativamente constante.¹⁹⁰

Ou seja, é relevante observar a medida em que a produção intelectual no século XIX e início do XX tratava dos problemas sociais e expressava as críticas existentes nas sociedades que, futuramente, desenvolveriam o fascismo. Já os movimentos em si não possuíam semelhante fundamentação, fazendo uso mais de propaganda emocional do que de um pensamento coeso e detalhado de sua filosofia. O fascismo e nazismo eram anti-intelectuais, chegando a abdicar, ignorar ou contradizer diversas afirmações e propostas iniciais quando era conveniente ou necessário (PAXTON, 2007, 77).

Mann (2008, 113), por sua vez, afirma o exato oposto: “O fascismo era com toda evidência extremamente ideológico. [...] Mas os precursores do fascismo no pré-guerra haviam sido intelectuais, e os intelectuais sempre foram importantes no fascismo”. Para aquele autor, a ideologia fascista foi uma resposta à crise ideológica encontrada nas sociedades europeias, sendo que ela enfatizava o nacionalismo, o racismo, a violência, além de criticar o liberalismo, o socialismo e demais ameaças à nação.¹⁹¹ Mann (2008) também reconhece a existência de ramos do pensamento crítico anterior ao fascismo, mas estabelece uma ligação mais direta entre as ideologias que circulavam com o fortalecimento dos movimentos em países específicos.¹⁹²

Em relação ao nazismo, o autor aponta que sua ideologia era mais frouxa e não possuía a rigidez doutrinária do socialismo. Tal característica permitia que o movimento pudesse se adaptar de acordo com as oportunidades, não sendo diferente de nenhum outro partido de seu contexto. Ou seja, para atingir o poder, a ideologia nazista permitia a alteração de seus fundamentos e ideias, ainda que tais princípios fossem centrais ao seu pensamento. Mesmo

¹⁹⁰ Paxton realiza um contraste entre as ações e os discursos fascistas, sendo que, para ele, ambos são relevantes para a sua compreensão. Enquanto que o discurso realizava a construção de uma imagem e apresentava as propostas para a sociedade, as ações realizadas contradiziam tais falas e apresentavam uma forma diferente de política daquela inicialmente formada (PAXTON, 2007, 26)

¹⁹¹ Mann não realiza uma diferenciação entre ideologia e propaganda, afirmando que os intelectuais fascistas eram “especialistas em comunicação nos jornais, no rádio, no cinema e nas artes gráficas. O fascismo foi um movimento da *intelligentsia* secundária.” (MANN, 2008, 113)

¹⁹² Alguns pensadores identificados como precursores do fascismo são nomeados por Mann, sendo todos franceses, apesar da França não estar entre os países fascistas (MANN, 2008, 113). Como teóricos racistas, o autor menciona Chamberlain e Gobineau, os quais eram inglês e francês respectivamente, mas afirma posteriormente que o noroeste europeu não expressava uma ideologia voltada à eugenia, já que esta era uma característica da Alemanha e Áustria (MANN, 2008, 118).

assim, o nazismo ainda possuía uma base ideológica concreta e inalterável que guiava as intenções e práticas políticas do governo: o antissemitismo (MANN, 2008, 193).¹⁹³

O programa do partido se apresenta, para Mann (2008, 194), como a “clara síntese do nazismo”. Apresentado inicialmente em 1920, os 25 pontos englobam temas territoriais, étnicos, econômicos e jurídicos, sendo uma expressão da ideologia do Nacional-Socialismo. O autor não aprofunda sua análise na presença destes pontos na propaganda nazista no decorrer da década de 1920, e tampouco nas alterações realizadas após a chegada ao poder, afirmando apenas que o programa era modificado na medida em que o partido crescia, assim como os membros dos grupos nazistas possuíam objetivos pessoais que correspondiam de forma heterogênea com elementos pontuais desta ideologia.¹⁹⁴

Ambos autores reconhecem a influência que pensamentos anteriores tiveram na composição do fascismo, mas a diferença entre eles é oriunda da sua percepção da formação ideológica do movimento. Ou seja, até que ponto o fascismo compartilhava e correspondia com ideias produzidas por outros sem estabelecer uma filosofia própria, como Paxton afirma, e até qual ponto é possível afirmar que essas variadas ideologias em conjunto formavam o pensamento fascista, assim como Mann defende? A falta de um desenvolvimento intelectual do fascismo dificulta a resposta a essa questão, sendo necessário recorrer à análise de suas práticas e discursos que eram, também, pouco definidos ou contraditórios.

Identificar a ideologia fascista como uma convergência de diferentes ideologias gera outro risco. O nacionalismo, o racismo e o autoritarismo foram adotados pelos governos fascistas e constituíam a centralidade de sua prática política, mas não são características exclusivas do fascismo e tampouco restritas ao seu contexto sócio-político. Diferentes governos em outros países compartilhavam desses mesmos aspectos em variadas gradações, mas não são considerados fascistas. A comparação de governos em sua fundamentação ideológica levanta a questão do limite da aplicação conceitual na sua classificação, uma vez que restringe a definição

¹⁹³ O antissemitismo nazista esteve presente de forma constante em sua propaganda durante todo o período de existência do partido, mas a sua intensidade no discurso variava de acordo com o período e somente se tornou mais perceptível após 1933. A contínua radicalização era reflexo da orientação pessoal de Hitler, que se mostrava, muitas vezes, imprecisa, e do desenvolvimento dos conflitos militares (KERSHAW, 2008, 111). Em um momento posterior, Mann reconhece que o antissemitismo foi removido parcialmente da propaganda nazista ao final da década de 1920, enquanto o partido concentrava seus esforços em combater os comunistas (MANN, 2008, 196).

¹⁹⁴ Paxton (2007) também menciona o programa nazista de 1920, afirmando que muitos dos seus pontos foram ignorados durante o governo. Segundo ele: “A relação especial do fascismo com a doutrina teve diversas consequências. O que contava era o zelo incondicional dos fiéis, mais que sua concordância intelectual. Os programas eram informais e fluídos” (PAXTON, 2007, 41).

à presença ou não de determinados elementos centrais. A ideologia política fundamenta e direciona a ação dos governos, sendo que, no caso do fascismo, a prática era errática demais para estabelecer afirmações definitivas.¹⁹⁵

CONCLUSÃO

O presente estudo analisou duas obras relevantes do estudo do fascismo em suas principais semelhanças e divergências, observando como cada autor fundamentou sua argumentação e desenvolveu análises diferentes sobre um mesmo tema. Paxton (2007) e Mann (2008) examinam elementos distintos da história do fascismo para responder a questões semelhantes e acabam percorrendo caminhos próprios para chegar a resultados parecidos para algumas perguntas, ao mesmo tempo em que se opõem em outras.¹⁹⁶

A variedade em seus estudos demonstra, primeiramente, que a complexidade do tema possibilita um determinado grau de variedade interpretativa. As semelhanças entre ambos são derivadas de aspectos factuais, como o envolvimento das massas e a aliança com as elites, ou de natureza empírica da pesquisa, onde se tem o reconhecimento da pouca presença do modelo fascista de governo. Em relação às diferenças, os pontos destacados são de caráter interpretativo, cuja variação na fundamentação foi influenciada pela perspectiva utilizada e pelo método de pesquisa individual. A definição do fascismo e de sua ideologia são questões conectadas, uma influenciando a outra e ambas determinando quais governos podem ser caracterizados de fascistas. Nos dois casos, cada um apresenta um modo próprio de analisar e interpretar a história, mas sempre apresentando os princípios sobre os quais estabelecem suas conclusões.

O fascismo permanece difícil de ser definido, principalmente devido à sua variação histórica. Para alguns autores, as diferenças entre os casos podem ser consideradas tão destoantes que impossibilitam qualquer grau de generalização, fazendo com que o fascismo

¹⁹⁵ Eagleton (1997) ressalta que a ideologia, como um conceito, também possui caráter indefinido. Sendo um sistema de valores ou um conjunto de pensamentos, a ideologia pode ser referida a elementos que inicialmente não possuem essa característica, mas que adquiriram em determinados contextos. Com relação ao fascismo, expressões e termos passaram a ter um significado ideológico devido ao seu uso pelos partidos, como afirma em: “O fascismo tende a ter seu próprio léxico característico (*Lebensraum*, sacrifício, sangue e pátria), mas o que há de mais ideológico quanto a esses termos são os interesses de poder a que eles servem e os efeitos políticos que geram” (EAGLETON, 1997, 22).

¹⁹⁶ Mann e Paxton receberam algumas avaliações críticas, sendo relevante mencionar as escritas por Eatwell (2005), Berman (2004), Grand (2006), Griffin (2004), Pinto (2006; 2013), e até mesmo uma análise feita por Paxton sobre o livro de Mann (PAXTON, 2005).

seja exclusivamente italiano, e o nazismo restrito somente à Alemanha.¹⁹⁷ Seja através da adoção de um amplo conceito generalizante ou pela identificação de elementos específicos em determinados momentos históricos, as interpretações sobre o fascismo acabam sendo tão relevantes quanto o movimento em si.

A fim de identificar os aspectos singulares ou gerais dos fascismos, faz-se importante o exercício de comparação. Mesmo havendo poucos movimentos, é somente através do contraste entre eles e deles com outras formas de autoritarismos que é possível a formação de conceitos e definições. De forma igualmente relevante, a contraposição da bibliografia contribui para a percepção de argumentos específicos e de percursos analíticos particulares sobre um mesmo tema. Assim, cada obra ilumina um mesmo objeto por ângulos diferentes, uns esclarecendo-o onde outros não alcançam, e todos o tornando mais compreensível com suas perspectivas específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLARDYCE, Gilbert. **What Fascism Is Not: Thoughts on the Deflation of a Concept.** *The American Historical Review*, v. 84, n. 2. 1979.

ARCO-BLANCO, Miguel del. **Hunger and Consolidation of Francoist Regime (1939-1951).** in. *European History Quartely*, vol. 40, n. 3, 2010.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BERMAN, Sheri. **Three Faces of Fascism.** *World Policy Journal*, v. 21, n. 3., 2004.

CAZORLA-SANCHEZ, Antonio. **Dictatorship from Below: Local Politics in the Making of Francoism State, 1937-1948.** in. *The Journal of Modern History*, vol. 71, n. 4, 1999.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução.** SP: Edusp/Boitempo, 1997.

EATWELL, Roger. **Review work: Fascists.** *American Journal of Sociology*, v. 111, n. 2, 2005.

_____. **On defining the ‘Fascist Minimum’: The centrality of ideology.** *Journal of Political Ideologies*, v. 1, v. 3, 1996.

EVANS, Richard. **A chegada do Terceiro Reich.** 3ª ed. São Paulo: Planeta, 2016.

¹⁹⁷ Allardyce (1979) enfatiza as singularidades e defende a inviabilidade de uma definição universal de fascismo. De acordo com o autor: “Aqueles que chamamos de fascistas se identificaram em toda parte com a história, tradições e símbolos de suas nações. Impor modelos externos a eles é reprimir o que eles mesmos tentaram enfatizar” (Tradução livre). Traduzido do original: “*Those we call fascists identified themselves everywhere with the history, traditions, and symbols of their nations. To impose external models upon them is to repress what they themselves attempted to emphasize*” (ALLARDYCE, 1979, 371).

- GRAND, Alexander De. **Review work: Fascists.** *The Journal of Modern History*, v. 78, n. 2, 2006.
- GRIFFIN, Roger. **Reviews of Books.** *The American Historical Review*, v. 109, n. 5, 2004.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções, 1789 – 1848.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- KERSHAW, Ian. *Hitler, the Germans and the Final Solution.* New Heaven: Yale University Press, 2008.
- MANN, Michael. *Fascistas.* Rio de Janeiro: Record, 2008.
- NOLTE, Ernst. *Three Faces of Fascism: Action Française, Italian Fascism, National Socialism.* New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.
- PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo.* São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- _____. **Fascists.** *European Journal of Sociology / Archives Européennes De Sociologie / Europäisches Archiv Für Soziologie*, v. 46, n. 3, 2005.
- _____. **The Five Stages of Fascism.** *The Journal of Modern History*, v. 70, n. 1, 1998.
- PINTO, António Costa. **Back to European Fascism.** *Contemporary European History*, v. 15, n. 1, 2006.
- _____. **On "Fascists".** *Análise Social*, v. 48, n. 209, 2013.
- SCHLEUNES, Karl A. *The Twisted Road to Auschwitz: Nazi Policy Toward German Jews, 1933-1939.* Champaign: University of Illinois Press, 1990.
- TRAVERSO, Enzo. **Interpretar o fascismo: Sobre George L. Mosse, Zeev Sternhell e Emílio Gentile.** In. QUADRAT, S. & ROLLEMBERG, D. (orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX.* Vol I. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- WELCH, David. *Propaganda: Power and Persuasion.* London: British Library, 2013.